

Pereira, Ana; Meireles-Coelho, Carlos (2011). Curso profissional de animação sociocultural: competências de nível 4 de qualificação. Reis, Carlos Sousa; Neves, Fernando Sá (Coord.). Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Instituto Politécnico da Guarda, 30 junho a 2 julho de 2011. Vol. 2, [118] p.111-116. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda. ISBN: 978-972-8681-35-7.

[118]

CURSO PROFISSIONAL DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: COMPETÊNCIAS DE NÍVEL 4 DE QUALIFICAÇÃO

Ana Pereira e Carlos Meireles-Coelho

Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Aveiro

[Resumo] O Curso profissional de animação sociocultural é considerado de nível 3 pela Portaria n.º 1280/2006 de 21 de novembro e de nível 4 pela Portaria n.º 782/2009 de 23 de julho. Pela análise de conteúdo dos planos e programas do curso e por comparação com as competências previstas para o nível 4, pode concluir-se que o curso foi concebido para satisfazer requisitos de nível 4. Estamos a proceder a um estudo de caso para avaliar as competências dos formados por uma Escola Profissional onde se considera a avaliação das entidades empregadoras e dos alunos que ingressaram no mercado de trabalho.

Introdução

O Curso profissional de animação sociocultural (CPASC) até 2005 era administrado apenas em escolas profissionais. A [Portaria n.º 1280/2006](#) criou este curso no ensino secundário prevendo que aos alunos que o concluíssem fosse atribuído um diploma de conclusão do nível secundário de educação e um certificado de qualificação profissional de nível 3. Entretanto a [Portaria n.º 782/2009](#) prevê o nível 4 para o ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional — mínimo de seis meses. — 1. O curso foi concebido para desenvolver competências de nível 3 ou 4? — 2. Os formados têm competências de nível 3 ou 4? — 3. Os formados são integrados no mercado de trabalho exercendo funções de nível 3 ou 4? — 4. Que percentagem de alunos prossegue estudos superiores? ... exerce funções de nível 3? ... exerce funções de nível 4?

Para responder à questão 1 procedeu-se à análise de conteúdo do plano e programas do curso e à comparação com as competências previstas para os níveis 3 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Para obter resposta para as restantes questões está a ser levado a cabo um estudo de caso da Escola Profissional de Aveiro ([EPA](#)), aplicando inquéritos a alunos e ex-alunos bem como a instituições onde se realiza formação em contexto de

trabalho. Uma vez que o estudo não está terminado, os dados aqui apresentados, embora não sendo conclusivos, indicam uma tendência.

2. Os níveis 3 e 4 do Quadro Nacional de Qualificações

O Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ), seu desenvolvimento e implementação são aqui analisados em concomitância com os objetivos definidos na Estratégia de Lisboa ([EU, 2000](#)) / Europa 2020 ([EU, 2010](#)). O QEQ sistematiza 8 níveis de qualificação baseando-os nos resultados de aprendizagem, ou seja, o nível a que os indivíduos pertencem baseia-se no que conhecem, que compreendem e que são capazes de fazer no final do processo de aprendizagem. Este quadro pretende ser uma referência comum aos vários sistemas de qualificação existentes na União Europeia, respeitando não só a todos os níveis de educação/qualificação mas também a todas as formas de aquisição de conhecimentos, aptidões e competências, contribuindo para tornar mais transparente, mais facilmente comparável e mais transeuropeias as qualificações dos cidadãos, respeitando embora as práticas vigorantes em cada Estado membro.

Os 8 níveis de referência do QEQ abrangem toda a escala de qualificações desde os níveis básicos até aos mais avançados, permitindo relacionar os vários sistemas europeus. E designam o

que os formandos devem saber e saber fazer, independentemente da forma como foi adquirida a aprendizagem. Por outras palavras, os descritores foram concebidos de forma a integrar todos os resultados de aprendizagem, desde o ensino básico até ao doutoramento passando por níveis de trabalho não qualificados e níveis profissionais avançados. O QEQ pretende abranger cenários académicos e profissionais e educação formal, não formal e informal. Embora seja aqui relevante a evidente distinção que é feita a partir do nível 2 entre “área de trabalho ou de estudo”, como se não fosse possível/desejável conciliar os dois.

Analisando os oito níveis de qualificação do QEQ verificamos que estes diferem entre si pelo nível de complexidade (estrutura vertical) e que se complementam por três tipos de resultados de aprendizagem (estrutura horizontal) – *Knowledge, Skills, Competences* (Bohlinger, 2007/2008; Clemente, 2010). Assim:

«Os conhecimentos são “o resultado da assimilação de informação através do processo de aprendizagem. [Os conhecimentos] constituem o acervo de factos, princípios, teorias e práticas relacionado com uma área de estudo ou de trabalho” (EU, 2006). Consequentemente, este conceito é utilizado no QEQ para descrever conhecimentos teóricos e/ou factuais.» (Bohlinger, 2007/2008).

«As aptidões são “a capacidade de aplicar os conhecimentos e utilizar os recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas” (EU, 2006). Aqui é feita a distinção entre aptidões cognitivas e aptidões práticas.» (Bohlinger, 2007/2008).

Competência: “a capacidade comprovada de utilizar o conhecimento, as aptidões e as competências sociais e/ou metodológicas, em situações profissionais ou em contextos de estudo e para efeitos de desenvolvimento profissional e/ou pessoal. O QEQ define a competência em termos de responsabilidade e autonomia” (EU, 2006).

O QEQ foi transposto para Portugal pela Portaria n.º 782/2009 que deu origem ao QNQ. Neste quadro o conceito de “competence”, recomendado pela Comissão Europeia, foi traduzido por “atitudes”.

Quais as diferenças em termos de conhecimentos/aptidões e atitudes entre os níveis 3 e 4?

As principais diferenças colocam-se ao nível da autonomia e da responsabilidade. Autonomia para tomar decisões que podem afetar todo o grupo de trabalho e traçar estratégias e responsabilidade inclusivamente em matéria de avaliação de atividades.

Conhecimentos: No nível 3 não são exigidos conhecimentos teóricos mas sim de factos, princípios e processos, no nível 4 espera-se conhecimentos além de factuais, teóricos em contextos alargados. Para ambos numa área de estudo ou de trabalho.

Aptidões: Ao nível 4 é exigido que consiga conceber soluções para problemas específicos. No nível 3 será necessário saber cumprir tarefas selecionando e aplicando os métodos, instrumentos e materiais mais eficazes. A diferença entre os níveis 3 e 4 é portanto clara situando-se o primeiro ao nível da tarefa e obrigando o último à capacidade de solução de problemas.

Atitudes/competências: é neste descritor que se definem bem as diferenças em termos de autonomia e responsabilidade. Porque é nas competências que são requeridas aos indivíduos que estes apliquem ou não os seus conhecimentos e as suas aptidões. No nível 3 o indivíduo deve ter competência para assumir a responsabilidade pela execução de tarefas e deve ainda conseguir adaptar o seu comportamento a circunstâncias diferentes com o objetivo de resolver problemas. No nível 4 o indivíduo deve ser capaz de gerir a sua própria atividade, de orientar a atividade de terceiros, embora no quadro de orientações superiores e tem ainda a responsabilidade de avaliar o trabalho e de propor melhorias.

Embora não seja sempre muito clara a diferença prática/concreta entre o nível 3 e o nível 4, podemos assentir que o nível 3 corresponde a uma etapa intermédia em termos de autonomia e responsabilidade, que pressupõe indivíduos que por um lado se conseguem adaptar a novas circunstâncias/problemas com facilidade, que têm um certo grau de autonomia na realização de tarefas mas sempre sob supervisão. É no nível 4 que aparece pela primeira vez a ideia de *imprevisibilidade*. O trabalhador de nível 4 deve ser capaz de gerir situações

imprevisíveis, de criar soluções para problemas que não haviam sido equacionados. Se acrescentarmos as competências de avaliação percebemos que o nível 4 é já uma chefia.

As competências previstas para o CPASC são de nível 3 ou 4 do QNQ?

A frequência do CPASC e de acordo com a Portaria n.º 782/2009 promete uma certificação de nível 4: ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional — mínimo de seis meses. O CPASC tem o percurso de dupla certificação, pelo que corresponde ao nível 4.

Os portadores de um curso profissional têm uma qualificação profissional que os habilita a exercer uma profissão não se encontram ao mesmo nível dos alunos saídos do ensino secundário via ensino que não apresentam qualquer qualificação profissional e por isso não estão preparados para uma integração no mercado de trabalho. Esta visão vem valorizar os cursos profissionais e os alunos que frequentam este tipo de ensino na medida em que os destaca dos alunos que frequentaram o ensino secundário para prosseguimento de estudos (o tradicional).

Vejamos as competências descritas no texto que normalmente acompanha o plano de curso nas páginas oficiais das escolas que o oferecem. Este texto não está oficialmente associado ao plano de curso, nem aparece na Portaria que o criou, nem naquela que o coloca no nível 4, mas talvez por constar dos estatutos do animador sociocultural é normalmente anexado ao plano de curso, como esclarecimento: para que os alunos percebam o que se espera que sejam capazes de fazer no final da formação. Este mesmo texto, ou pelo menos uma parte substancial do mesmo, faz, com frequência, parte dos planos de estágio ou formação em contexto de trabalho do curso.

A questão é saber se as competências planificadas para o CPASC são de nível 4 (Quadro 1).

O formando que ao concluir um ciclo formativo tem aptidões para promover o desenvolvimento sociocultural de grupos, organizando e desenvolvendo atividades e que tem competências para

diagnosticar e analisar, planear e implementar, organizar e promover, fomentar interação e elaborar relatórios de atividades está no nível 4 em autonomia e responsabilidade. Globalmente as competências esperadas para quem conclua este curso são de nível 4. As competências «d) Desenvolver atividades diversas» e «h) Acompanhar as alterações que se verifiquem na situação dos clientes/utilizadores que afetem o seu bem-estar» podem ser de nível 3 ou 4 dependendo da forma como são aplicadas. Todos os outros aspetos da aprendizagem são para o nível 4 do QNQ.

Analisaremos seguidamente os programas das várias unidades curriculares que fazem parte do plano do CPASC aceitando a divisão proposta no seu plano. Ou seja, dividimos o curso em três componentes: a sociocultural, a científica e a técnica.

2.1 A componente sociocultural

Português: o programa da UC Português (320h) corresponde ao nível 3, sendo o mesmo para todo o secundário.

Língua estrangeira: as competências gerais esperadas para esta unidade curricular de 220 horas são descritas no seu programa em três grupos distintos de competências – de interpretação, de produção e socioculturais, e de aprendizagem. A expressão “dentro dos tópicos abordados nos domínios de referência, e em contextos profissionais ligados às áreas de formação específica”, transversal a quase todas as competências previstas nos domínios de interpretação e produção, coloca a formação em língua estrangeira no nível 3 do QNQ.

Também no que se refere às competências do domínio sociocultural e de aprendizagem parece que se situa ao nível de “aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da seleção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações” nomeadamente nos pontos 3, 4 e ao nível de “assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho e adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas” nos pontos 1, 2, 5, 6 e 7. Também neste descritor se encontra no nível 3 do QNQ.

Área de integração: o programa desta UC de 220 horas diz-nos que “visa favorecer o desenvolvimento de competências que proporcionem uma socialização laboral na qual as tecnologias, o trabalho em equipa, a decisão participada e o empreendedorismo individual assumem importância decisiva. Para dar corpo ao desenvolvimento de competências como iniciativa, autonomia, criticidade, integração e utilização criativa de saberes, o programa deve ser interpretado como um todo indissociável de que fazem parte a aquisição de conhecimentos culturais/científicos e os procedimentos de investigação, seleção, organização e difusão desses conhecimentos. Importância idêntica é, assim, atribuída aos objetivos de aprendizagem, às situações de aprendizagem/avaliação e à criação e utilização dos recursos a seleccionar. A forma por que se optou é significativa da intenção de paridade entre saber e procedimentos. Em síntese, com este programa pretende-se, essencialmente, desenvolver a capacidade de integrar conhecimentos de diferentes áreas disciplinares, aproximar estes conhecimentos de experiências de vida dos alunos e aplicá-los a uma melhor

compreensão e ação sobre o mundo contemporâneo”. O programa desta UC não concretiza as competências que pretende atingir, assim da forma como estão descritas tanto podem ser do nível 3 como do nível 4, dependendo do grau de complexidade e de imprevisibilidade das situações a que se apliquem.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): As competências a desenvolver nesta UC cuja carga horária é de 100 horas são muito bem explicitadas no seu programa, que torna claro que TIC é uma UC pensada para atingir competências de nível 3, exceção feita aos seus dois últimos pontos. Mas não é crível que indivíduos que desenvolveram competências de nível 3 possam encontrar soluções para situações problema de nível 4, ou que possam exercer as suas funções em contextos completamente diferentes daqueles para que foram treinados.

Educação Física: Com uma carga de 140 horas esta UC tem o conceito de competências a desenvolver no seu programa misturado/confundido com o de objetivos. Estes últimos que segundo o mesmo programa “sintetizam as competências a desenvolver” organizam-se em três subconjuntos – objetivos transversais a todas as áreas; objetivos das áreas obrigatórias e objetivos das áreas opcionais. Os objetivos dos dois primeiros conjuntos situam-se no nível 3 das competências do QNQ, mas os objetivos das áreas de opção deste curso, situam-se no nível 4.

Podemos concluir da análise dos programas da componente sociocultural do CPASC que estes preveem competências de nível 3. Exceção feita à componente optativa da disciplina de educação física, o que nos leva a pensar

Quadro 1 - Competências / atitudes

Competências/atitudes
a) Diagnosticar e analisar, em equipas técnicas multidisciplinares, situações de risco e áreas de intervenção sob as quais atuar, relativas ao grupo alvo e ao seu meio envolvente (...);
b) Planear e implementar em conjunto com a equipa técnica multidisciplinar, projetos de intervenção sócio-comunitária;
c) Planear, organizar, promover e avaliar atividades de carácter educativo, cultural, desportivo, social, lúdico, turístico e recreativo, em contexto institucional, na comunidade ou ao domicílio, tendo em conta o serviço em que está integrado e as necessidades do grupo e dos indivíduos, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade da sua inserção e interação social (...);
d) Desenvolver atividades diversas (...); [...]
f) Promover a integração grupal e social...;
g) Fomentar a interação entre os vários atores sociais e da comunidade...;
h) Acompanhar as alterações que se verifiquem na situação dos clientes/utilizadores que afetem o seu bem-estar;
i) Elaborar relatórios de atividades.

Do art. 5.º do Estatuto do/a Animador/a Sociocultural

que especificamente para esta UC, tão fortemente ligada à animação sociocultural, foi criada uma componente de nível 4.

2.2 A componente científica

São três as UCs que completam a componente científica do CPASC: Psicologia, Sociologia e Matemática. Em Psicologia e Sociologia, com um programa para 200 horas cada, as competências a desenvolver situam-se globalmente no nível 3, embora com alguns pontos a pertencerem ao nível 4. A título de exemplo podemos referir que em psicologia a primeira competência a desenvolver é “utilizar uma linguagem científica e técnica adequadas” que colocam esta UC ao nível 3, mas logo o quarto ponto é “proceder a uma abordagem criativa dos problemas, de forma a enriquecer as soluções que se venham a produzir”, que pressupõe a capacidade de lidar com problemas novos e de os resolver ou pelo menos participar na sua solução, ou seja nível 4. Também em sociologia temos uma competência a desenvolver que é “utilizar de forma correta a terminologia sociológica” que colocamos ao nível 3, mas também uma outra “propor planos de trabalho, definindo metodologias e recursos, concretizá-los e avaliá-los, em termos de processos e de produtos” que se encontra claramente no nível 4.

Matemática: UC composta por 100 horas de formação que tem as seguintes competências a desenvolver “espera-se que os estudantes se apropriem de conceitos e de técnicas matemáticas enquanto enfrentam situações, de tal modo que, face a problemas realistas, possam mobilizar os conhecimentos científicos adequados para dar respostas próprias. Pretende-se que o estudante seja capaz de formar uma opinião própria, participando nas decisões ou que consiga ele próprio tomá-las.” Esta UC não expressa, no seu programa, claramente, quais as competências a atingir para que possamos perceber a que nível pertence.

No entanto, arriscamos que na componente científica do curso, as competências a desenvolver são geralmente de nível 3 embora possam facilmente passar ao nível 4 caso as competências técnicas assim o possibilitem ou exijam, uma vez que o desenvolvimento de competências a estes níveis está interligado.

2.3 A componente técnica,

que também poderia ser designada área de especialização, é constituída pelas unidades curriculares que pretendem desenvolver nos formandos um conhecimento prático da sua área de intervenção/trabalho, essas UCs são: área de expressões, área de estudos da comunidade, animação sociocultural e Formação em Contexto de Trabalho (FCT).

Globalmente a componente técnica do curso aponta para o nível 3 embora a sua unidade curricular central – animação sociocultural – pretenda desenvolver competências de nível 4.

É na FCT, com a duração de 420 horas, que o nível do curso se aproxima definitivamente do 4. O que faz sentido uma vez que é esta a diferenciação em termos de QNQ que o eleva do nível 3 para o nível 4. A FCT divide-se em três fases. A primeira de observação e análise, onde se espera que o aluno desenvolva competências ao nível do diagnóstico e do planeamento; da segunda fase, designada de concepção e desenvolvimento, esperam-se competências para implementar, organizar e promover/desenvolver, apresentar planos, relatórios de atividade e fichas de auto-avaliação entre outras; e por último a terceira fase que é a elaboração do relatório final de estágio. As competências que se esperam dos formandos no final da FCT são de nível 4.

Podemos concluir que é possível que o CPASC, segundo o seu plano e os programas das suas UC, confira qualificações correspondentes ao nível 4. Embora globalmente a formação sociocultural e científica seja de nível 3, nas áreas mais especificamente relacionadas com a animação sociocultural esta formação é de nível 4. Por outro lado na formação técnica há uma quantidade substancial de módulos de nível 4. Mas é durante a FCT que se define o CPASC como sendo um curso de nível 4.

O CPASC, segundo o seu plano e programas, é um curso ao nível 4 do QNQ. Será que os alunos atingem de facto este nível de qualificação e será que uma vez integrados no mercado de trabalho vão exercer funções a este nível? Estas são as perguntas a que tentaremos responder através do estudo do caso da Escola Profissional de Aveiro.

3. A Escola Profissional de Aveiro: estudo de caso

O CPASC é apresentado pelo coordenador pedagógico da EPA como “um curso montra da escola” uma vez que é um dos que tem maior sucesso em termos de empregabilidade.

A Escola já formou cerca de 90 jovens em animação sociocultural e embora o plano de curso não tenha sofrido alterações significativas, no ano letivo de 2010/2011 este passou a ser apresentado na página oficial da EPA como de nível 4, atualizando assim o seu nível com o previsto no QNQ. A taxa de sucesso do CPASC situa-se nos 98% enquanto a taxa de sucesso global da escola é de 90%. Atualmente encontram-se a frequentar o CPASC 64 alunos, divididos por três turmas, uma de cada ano.

Tanto a Coordenadora do CPASC como o coordenador pedagógico da EPA referiram em entrevista que a principal dificuldade que a escola sente em relação a este curso prende-se com a necessidade de haver maior carga horária nas disciplinas técnicas e mais ofertas de formação. Ou seja, a escola deseja que o curso veja a sua componente técnica/prática aumentada e um leque maior de cursos dentro da animação sociocultural. De referir que a Escola já oferece um curso CET de animação turística. Ainda para a EPA as principais dificuldades dos alunos são a falta de autonomia que revelam, as dificuldades de liderança de grupos e ainda dificuldades na expressão oral e escrita. Questionados sobre o seu público alvo, ou seja sobre o tipo de alunos que vem para o CPASC e se estes sofrem de insucesso anterior ou não os responsáveis da EPA com quem falámos disseram que a maior parte dos alunos vem para este curso por opção, pois na entrevista de seleção demonstram conhecer o perfil de saída do curso. O número de candidaturas ao CPASC ronda as 80 para 23 vagas.

Os responsáveis da EPA consideram que os pais ou encarregados de educação, ao inscreverem os filhos nesta Escola, pretendem que eles concluam o curso e se integrem rapidamente no mercado de trabalho, mas admitem que alguns desejam que os filhos prossigam estudos.

Já no que aos alunos diz respeito os mesmos responsáveis da EPA consideram que muitos destes pretendem concluir o curso e trabalhar na área e outros pretendem prosseguir estudos,

consoante as expectativas das famílias de onde provêm.

Quanto aos alunos foram aplicados inquéritos a 54 dos atuais 64 alunos da EPA. Cerca de 50% destes alunos diz-nos ter vindo para este curso por vocação. Enquanto 35% confessa que a sua intenção inicial era apenas a de concluir o 12.º ano. Os restantes 15% dividem-se entre muitas respostas: uma via mais fácil para entrar na universidade (3), não querer separar-se dos amigos (3), a obediência à decisão dos pais (2), curiosidade (1). A grande maioria dos alunos considera a hipótese de prosseguir estudos para o ensino superior.

Foram aplicados inquéritos a 10 ex-alunos da EPA. Embora se considere que esta amostra não é muito significativa, pode no entanto indicar uma tendência. Dos 10 alunos que foram entrevistados, nove do sexo feminino e um do masculino, oito seguiram para o ensino superior onde fizeram licenciaturas ligadas à educação (4), à animação sociocultural (3), ou, no caso do elemento masculino, ao marketing. As duas alunas que não seguiram para o ensino superior trabalham em infantários como técnicas de animação sociocultural exercendo, na prática, funções de auxiliares educativas, nível 3.

Foram aplicados inquéritos a 10 entidades potencialmente empregadoras que são também instituições onde os alunos realizam formação em contexto de trabalho. Os objetivos destes inquéritos eram os de saber se as entidades consideram que os formandos que recebem da EPA tem competências de nível 4, se estas entidades os empregam e, caso o façam, em que funções.

Todas as entidades que responderam, até agora, ao inquérito, revelaram que existe uma grande disparidade de nível nas competências reveladas pelos alunos. Alguns estão claramente no nível 4 e outros no nível 3, embora a escola e a formação sejam as mesmas.

Os alunos da EPA, de uma maneira geral, revelam uma *boa* capacidade de conceber soluções para problemas imprevisíveis na sua área de trabalho/estudo, uma vez que todas as entidades responderam a esta pergunta desta mesma forma. Revelam ainda *boa* capacidade de gerir a própria atividade em situações novas e *muito bom* sentido

de responsabilidade para supervisionar atividades de rotina de terceiros. Já ao nível da autonomia no exercício das suas funções, assumindo responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das atividades, 50% dos inquiridos acha que os formandos são apenas *razoáveis* e os restantes 50% considera que são *bons*.

Foram apenas duas as entidades que contrataram para os seus quadros alunos da EPA logo após a conclusão do curso. Embora todas revelassem que seria possível fazerem-no caso precisassem de alguém. As duas alunas da EPA que foram contratadas no final da FCT, trabalham em instituições particulares de solidariedade social e exercem funções de nível 3 – auxiliares educativas. Um dos problemas detectado durante a aplicação dos inquéritos foi o da discrepância existente entre os alunos que as instituições gostariam de contratar e aqueles que estão verdadeiramente interessados num trabalho na área. Dito de outro modo: os melhores alunos querem prosseguir estudos, não querem ficar a trabalhar.

Conclusão

Ainda que grande parte da formação sociocultural e científica esteja ao nível 3, o CPASC foi concebido para desenvolver competências de nível 4, como verificamos através da análise do seu plano de curso e dos programas das unidades curriculares técnicas. É perceptível a mais valia que se espera da FCT, não só para justificar a atribuição do nível 4 a um curso com o mesmo número de anos do secundário regular que é de nível 3, mas também para aumentar substancialmente a exigência daquilo que é pedido durante a formação. Talvez por isso seja sempre tão requerido tanto pelos formandos, como pelos formadores, como pelas instituições onde são realizadas as FCTs um maior número de horas dedicado a esta componente formativa. O que esta atribuição de nível 4 vem fazer é valorizar a opção pelo ensino profissional e a FCT.

Mais do que um incentivo aos alunos para optarem pelas vias profissionalizantes esta nova realidade representa uma mudança de paradigma na educação. No caso português, pela primeira vez, se valoriza o estudo para o trabalho em detrimento do estudo pelo estudo. Numa altura em que se começa a falar no *ensino secundário dual*,

talvez pela influência do pensamento alemão, é importante não esquecermos a importância da FCT, do ensino profissional e, numa palavra, do trabalho na educação, se queremos contribuir, enquanto escola, para um país mais produtivo, com pessoas mais felizes e livres.

Por outro lado, ainda que o curso tenha sido concebido para satisfazer requisitos de nível 4 dos alunos que o concluem e segundo os dados de que já dispomos 80% seguem para a universidade e os restantes exercem funções de nível 3. Os formandos que não vão para o ensino superior ficam geralmente a exercer funções de nível 3 e aqueles que desenvolvem competências de nível 4 prosseguem estudos.

Referências Bibliográficas

- Bohlinger, Sandra (2007/2008). As competências como elemento basilar do Quadro Europeu de Qualificações. *Revista europeia de formação profissional* 42/43. Número temático: Quadro Europeu de Qualificações. 2007/3, 2008/1. CEDEFOP, 107-124.
- Clemente, António J. L. (2010). *Cursos de educação e formação na escolaridade obrigatória: um caso*. Dissertação de mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- EU (2000). *Lisbon Strategy*: Lisbon European council 23 and 24 March 2000: Presidency conclusions / *Estratégia de Lisboa*: conclusões da presidência: Conselho Europeu de Lisboa, 23-24 de março de 2000.
- EU (2006). *Aplicar o programa comunitário de Lisboa*. Proposta de Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à instituição do quadro europeu de qualificações para a aprendizagem ao longo da vida. (COM (2006) 479 final). Bruxelas, Comissão Europeia, 2006.
- EU (2008). *The European Qualifications Framework* (EQF) / Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ). JO, n.º C 111, de 6 de maio de 2008.
- Eu (2010). *EUROPE 2020*: A European strategy for smart, sustainable and inclusive growth. / *EUROPA 2020*: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. European Commission
- Gomes, Líliliana (2010). *O conceito da escola de trabalho segundo Georg Kerschensteiner*. Dissertação de mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Meireles-Coelho, Carlos (2010). [*Educação antiga e medieval: um roteiro cronológico \(até 1415\)*](#). Aveiro: Universidade de Aveiro, ebook.

Meireles-Coelho, Carlos (2010). [*Educação na era da globalização: um roteiro cronológico \(1945-2010\)*](#). Aveiro: Universidade de Aveiro, ebook.

PT (2004-2005). Programa de educação física, cursos profissionais. Lisboa: ME, DGFV.

PT (2004-2005). Programa de matemática, cursos profissionais. Lisboa: ME, DGFV.

PT (2004-2005). Programa de português, cursos profissionais. Lisboa: ME, DGFV.

PT (2004-2005). Programa de TIC, cursos profissionais. Lisboa: ME, DGFV.

PT (2006). [Portaria n.º 1280/2006](#) de 21 de novembro.

PT (2006). Programa de psicologia, cursos profissionais. Lisboa: ME, DGFV.

PT (2008). Programa de animação sociocultural, cursos profissionais. Lisboa: ANQ.

PT (2008). Programa de animação sociocultural. Lisboa: Ministério da Educação, ANQ.

PT (2008). Programa de área de estudo da comunidade. Lisboa: Ministério da Educação, ANQ.

PT (2008). Programa de área de expressões. Lisboa: Ministério da Educação, ANQ.

PT (2009). [Portaria n.º 782/2009](#) de 23 de julho define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

UNESCO (2000). [United Nations Millennium Declaration](#). Resolution adopted by the General Assembly, Fifty-fifth session. / [Declaração do milénio](#). Cimeira do Milénio, Nova Iorque, 6-8 de setembro.